

Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico. Parte II

Temporalities and socio-environmental interactions in the Northwest Amazon. Part II

Geraldo Andrello 

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil

Pedro Lolli 

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil

Márcio Meira 

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

Apresentamos neste número do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas um segundo conjunto de artigos que compõe o dossiê “Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico” – cuja primeira parte foi publicada na edição v. 19, n. 1 (Andrello et al., 2024). Inicialmente, estavam previstos dez artigos para este número, entretanto ao longo do percurso foram necessários alguns ajustes e, ao cabo, contamos com nove artigos, entre os quais, dois são trabalhos que não estavam programados. São eles os de Laure Emperaire & Elaine Moreira e o de Aloísio Cabalzar. Além deles, contribuíram para este número Aline Iubel, Décio Guzmán, Geraldo Andrello, Jaime Diakara Fernandes, João Paulo Barreto, Justino Rezende, Lúcia Hussak van Velthem, Luiz Nascimento, Márcio Meira, Michel Barbará, Renato Soares e Ricardo Borges.

Esta segunda parte do dossiê é iniciada com três artigos – de Barreto et al. (2024); Andrello e Nascimento (2024) e Cabalzar (2024) – que têm como tema transversal as práticas de conhecimento indígenas e suas transformações e modulações ao longo das últimas décadas. Os artigos demonstram que tais transformações, ocorridas em situações muito diversificadas, correspondem também a reflexões teóricas, as quais expressam criticamente formulações acerca dos diferentes contextos nos quais os saberes indígenas passam a se atualizar. A crítica se dirige aos mundos de hoje, com os quais é forçoso, muitas vezes de maneira violenta, se relacionar – e aqui se incluem até mesmo a antropologia e a universidade.

Esses trabalhos abordam um variado leque, de formas expressivas, sugerindo que os conhecimentos indígenas não são experimentados como um acervo fechado, transmitido pelos antepassados como um conjunto acabado e imutável. Trata-se, de fato, de conhecimentos de caráter dinâmico, que enfatizam os processos e os modos de pensar

Andrello, G., Lolli, P., & Meira, M. (2024). Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico. Parte II. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20240084. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0084

Autor para correspondência: Geraldo Andrello. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais. Rodovia Washington Luís, km 235. São Carlos, São Paulo, Brasil. CEP 13565-905 (andrello@ufscar.br).

Recebido em 18/10/2024

Aprovado em 18/10/2024

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



e fazer, e que se transformam à medida que as gerações se sucedem, com transformações e multiplicidade que afetam não apenas suas formas, mas também seus portadores.

Como se pode verificar com os antropólogos indígenas que assinam o artigo de abertura (Barreto et al., 2024), propõe-se ali elaborar uma antropologia indígena cujo objetivo é levar a própria linguagem antropológica ao limite, de modo a alterá-la a partir da perspectiva de seus próprios conhecimentos. Neste artigo, os autores, com base em suas respectivas trajetórias biográficas, históricas e acadêmicas, exploram as tensões e os diálogos possíveis entre dois regimes de conhecimento postos em relação. Além disso, reiteram, de maneira explícita, a diversidade dos conhecimentos indígenas, na medida em que enfatizam que, embora sejam oriundos de uma mesma região etnográfica, pertencem a povos distintos – são Tukano, Tuyuka, Dessana e Bará –, cujos conhecimentos são em grande parte específicos a cada povo. É a partir da mistura e da fermentação desses conhecimentos heterogêneos na ‘Canoa do NEAI [Núcleo de Estudo da Amazônia Indígena]’, como eles se referem carinhosamente ao ambiente acadêmico que os acolheu, que propõem uma antropologia indígena.

O artigo de Andrello e Nascimento (2024), que se segue, por sua vez, também explora tal multiplicidade, ao contrastar e comparar a noção tukano ‘*wai-mahsã*’ com a noção baré de ‘encantado’, procurando destacar suas transformações tanto espacialmente – seguindo do médio rio Negro, onde preponderam os Baré, até o alto rio Negro, onde os Tukanos prevalecem – quanto temporalmente – recorrendo a registros históricos, antropológicos e míticos. Ao perfazer esse percurso, os autores demonstram que, apesar de ‘*wai-mahsã*’ e ‘encantado’ serem tomados como transformações recíprocas, não podem ser reduzidos um ao outro, pois são noções que não correspondem a categorias abstratas para atribuir sentido ao mundo, mas se referem a seres, ou forças, que participam intensamente da vida humana. Desse modo, ainda que apresentando características semelhantes, vinculam-se aos Tukano e aos Baré, respectivamente, apresentando uma série de modulações relevantes. O artigo, entretanto, não se limita a colocar em evidência a heterogeneidade e a sofisticação do conhecimento indígena relativas aos seres das águas, buscando mostrar ainda os alinhamentos e as tensões entre conhecimentos indígenas e conhecimentos antropológicos, mais especificamente, em relação ao debate em torno do perspectivismo ameríndio. Como afirmam: “Parece-nos, portanto, plausível sugerir que, nesse mundo das águas a dinâmica transformacional do perspectivismo ameríndio passa, ela mesma, por uma transformação” (Andrello & Nascimento, 2024, p. 3).

De certo modo, encontramos aqui um exercício simétrico e inverso ao dos autores indígenas. Simétrico porque também se trata igualmente de um experimento com a descrição antropológica, no caso, a teoria do perspectivismo. Inverso porque, enquanto os autores indígenas estão preocupados em descrever ‘os conhecimentos indígenas sem traí-los pela língua portuguesa’, Andrello e Nascimento (2024), por meio do exame cruzado daquelas noções indígenas, pretendem de certo modo desdobrar a própria linguagem antropológica.

Outro artigo que traz para o primeiro plano a relação entre os regimes de conhecimento indígenas e científicos é o de Cabalzar (2024). Nele, o autor trata de uma variedade de conhecimentos indígenas relativos ao ambiente a partir de uma experiência pragmática: um programa de formação de agentes indígenas de manejo ambiental (os chamados Agentes Indígenas de Manejo Ambiental - AIMA). Trata-se de uma iniciativa promovida no âmbito de parcerias entre as organizações indígenas e as organizações não governamentais, cujas propostas visam estabelecer um trabalho de pesquisa colaborativa intercultural entre conhecedores indígenas, cientistas, lideranças, assessores indígenas e não indígenas.

Cabalzar (2024, p. 9) descreve como essas pesquisas colaborativas estabeleceram vários programas de pesquisa cuja implementação veio a criar uma rede heterogênea de intercâmbio de conhecimentos a partir da escolha coletiva



de temas a serem pesquisados, o que levou ao desenvolvimento de pesquisas variadas como “manejo ambiental . . . , sistema agrícola, ciclos de vida e calendários ecológicos-econômicos, cantos e cerimônias rituais, sustentabilidade de cadeias de produção de alimentos e de artesanato, mapeamentos e descrições do território e das paisagens”. Temas que foram escolhidos a partir de acordos pragmáticos entre regimes de conhecimento distintos. Como o autor ressalta,

O foco aqui é nas relações entre regimes e práticas de conhecimentos distintas no noroeste amazônico, mas tendo no horizonte um tema mais geral, de como essas práticas se constituem, desconstituem e reconstituem, entrelaçando-se em situações socioambientais muito dinâmicas e tensionadas, em fronteiras do pluralismo ontológico (Cabalar, 2024, p. 3).

O artigo oferece um panorama etnográfico detalhado desses processos, mostrando que têm produzido uma intensificação nas redes de intercâmbio entre os mais diversos grupos indígenas da região, ao mesmo tempo que têm aberto espaços de afirmação política referenciados a uma política de gestão ambiental do território em tempos de mudança climática.

Os três artigos seguintes são os de Borges et al. (2024), Barbará (2024) e Lubel e Soares (2024), os quais trazem para o primeiro plano a relação histórica da participação dos povos indígenas nas políticas empreendidas pelo Estado desde o século XVIII até os dias atuais, sem reduzir a condição indígena contemporânea às consequências da violência colonial e dando relevo à sua capacidade de se recriar diante das variadas conjunturas históricas que se sucederam na região ao longo dos últimos três séculos.

O artigo de Borges et al. (2024) segue os movimentos populacionais que ocorreram na região no século XVIII à medida que Barcelos, no baixo rio Negro, tornou-se um ponto importante e estratégico para a ocupação colonial portuguesa na região. O foco é sobre a participação indígena como mão de obra na construção da vila colonial de Barcelos. Ao invés de abordar a exploração da mão de obra indígena exclusivamente do ponto de vista da exploração do trabalho, os autores se propõem, a partir de um minucioso exame da documentação histórica – correspondências, cartas régias, fontes impressas, material iconográfico –, a perscrutar as nuances políticas da participação dos indígenas nessa empreitada de urbanização de Barcelos, bem como algumas das estratégias que ensaiaram nesse período. Com isso, demonstra-se que, embora a violência da exploração do trabalho compulsório indígena se impusesse em muitas situações, ela não sobredeterminou completamente as relações de poder na região. Como é destacado no artigo, em tempos de crise e escassez da empresa colonial, os povos indígenas ganhavam maior autonomia, na medida que podiam renegociar sua relação com seus patrões coloniais ou simplesmente evadirem para as cabeceiras dos rios.

O artigo de Barbará (2024), por sua vez, adota um recorte histórico contemporâneo, no qual grupos Yuhupdeh experimentam um intenso processo de transformação que definem, eles próprios, como um ‘processo civilizatório’, na medida em que afirmam estar paulatinamente ‘se civilizando’. Nesse sentido, o autor demonstra que civilização não é apenas uma categoria histórica ou uma projeção colonial, mas uma noção que é acionada por grupos Yuhupdeh para se referirem a hábitos que são reconhecidamente de ‘brancos’. E os sentidos que emergem estão longe de ser apenas negativos, ainda que apareçam com certa frequência, pois tal incorporação é operada ativamente pelos próprios Yuhupdeh. Como o autor coloca: “Meu objetivo neste artigo é discutir etnograficamente os sentidos assumidos pela noção de ‘civilização’ entre os Yuhupdeh, explorando suas relações com certas concepções de ‘tempo’ que implicam imagens mito-históricas da experiência de contato com os brancos” (Barbará, 2024, p. 4). Com isso, nos afastamos de uma análise que aborda ‘a entrada na civilização’ yuhupdeh como um processo de assimilação ou, menos ainda, de aculturação. Os Yuhupdeh não só não são passivos diante desse processo, como também têm elaborado uma série de reflexões a seu respeito.

O artigo de Iubel e Soares (2024) focaliza igualmente processos históricos recentes, mas seu tema é a emergência das lideranças indígenas contemporâneas no contexto dos movimentos indígenas que surgem com força na década de 1990 e que se consolidaram ao longo do século XXI até o momento da produção deste dossiê. Os autores refletem e examinam as transformações promovidas por essas lideranças nas figuras da chefia que até então predominavam na região, como a de capitão, a de irmão mais velho, a de xamã. Com isso, novas habilidades vieram a ser um requisito necessário para ocupar tais posições de destaque no movimento indígena: escolarização, capacidade para tratar com as burocracias dos projetos, assim como para negociar com agentes governamentais e do terceiro setor. Essas transformações não são tratadas como mais um reflexo do processo histórico de relacionamento crescente com o Estado, mas como um caminho de resistência e como uma estratégia política construída coletivamente, pois, como bem é demonstrado, as lideranças não aparecem apenas por suas capacidades em relação ao mundo dos brancos, mas justamente por sua habilidade de se situar 'entre o crachá e o cocar', entre a cidade e a comunidade, em suma, entre o mundo indígena e o mundo dos não indígenas.

Os três artigos que fecham a segunda parte deste dossiê foram escritos por Emperaire e Moreira (2024), Meira e Velthem (2024) e Velthem (2024).

O artigo de Emperaire e Moreira (2024) se dedica a apresentar como os povos indígenas do médio rio Negro foram capazes de promover ao longo do tempo uma complexa rede de manejo das plantas, principalmente com foco na mandioca, dando ênfase aos relatos das mulheres 'donas de roça'. Para as autoras, a grande diversidade de plantas cultivadas naquela região deve ser percebida como uma 'coleção viva', em que as plantas estão em constante movimento pelo vasto território indígena, graças a suas complexas formas de manejo. O argumento das autoras também reforça as relações desses conhecimentos com as narrativas míticas ligadas às plantas, o que suscita uma reflexão sobre o papel do processo histórico colonial na transformação dinâmica da diversidade dessa 'coleção viva'.

Na sequência, inserido na seção Memória do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, o artigo de Meira e Velthem (2024) dialoga diretamente com alguns fragmentos do acervo documental legado pelo antropólogo Eduardo Galvão, mais precisamente com trechos dos diários de viagem e fotografias, atualmente depositados no Arquivo do Museu Goeldi. Além de fazer uma breve contextualização histórica do papel deste antropólogo e de seu acervo, os documentos selecionados e transcritos retratam personagens e suas relações no contexto do sistema de aviação, principalmente relacionados à exploração da borracha, ainda na década de 1950. A descrição de um comerciante feita por Galvão usando um nome fictício é revelada como sendo de Graciliano Gonçalves, figura importante da região em meados do século XX.

Finalmente, o artigo de Velthem (2024), na forma de uma releitura dos trabalhos de Eduardo Galvão sobre cultura material e de suas fotografias, que testemunham o trabalho feminino de tecelagem na região do rio Negro, faz um contraponto com a produção artesanal de mulheres e homens indígenas nas décadas de 1990 e 2000. De um lado, a autora refaz a experiência de trabalho feminino com fibras de tucum nos ateliês da Missão Salesiana em São Gabriel da Cachoeira e, por outro, a produção de cestaria feita pelos homens das comunidades de Acariquara e Espírito Santo, no médio rio Negro.

Como se pode notar, os três textos dialogam com temáticas relacionadas a coleções, documentação de arquivos, com ênfase, no caso dos dois últimos, na obra e no legado de Eduardo Galvão, antropólogo que realizou pesquisas no noroeste amazônico na década de 1950. Retomando a discussão de todo o conjunto de artigos dessa segunda parte do dossiê, esses artigos também levantam questões e apresentam variadas fontes que reforçam a variedade das historicidades (re)elaboradas de forma dinâmica pelos povos indígenas no noroeste amazônico.



A divisão em blocos que seguimos nesta Introdução não está explicitamente marcada ao longo das páginas do volume que ora apresentamos. Este agrupamento nos pareceu relevante no intuito, sobretudo, de fornecer ao leitor uma visão geral dessa segunda parte da compilação de trabalhos sobre o noroeste amazônico que o dossiê como um todo pretendeu reunir. Como já salientamos em nossa apresentação na primeira parte do dossiê (Andrello et al., 2024), nosso objetivo foi o de oferecer uma amostra significativa, ainda que parcial, do volume e da diversidade de pesquisas que esta região amazônica vem conhecendo nas últimas décadas. Se, na primeira parte, agrupamos os trabalhos em dois blocos ('mapeamentos participativos' e 'nomes e nomeações'), a presente edição poderia receber como denominação geral 'Histórias do rio Negro', uma expressão que nos parece qualificar adequadamente, e em sua própria generalidade, os temas e as iniciativas recentes abordados e analisados nesse conjunto de nove artigos.

Mas a expressão assinala também um aspecto, a nosso ver muito relevante, que apresenta uma relação transversal com o conjunto de trabalhos reunidos nas duas partes do dossiê. Como também buscamos evidenciar em Andrello et al. (2024), a história do rio Negro é, em um sentido forte, uma história plural. Para dizê-lo de modo breve, em sua diversidade de povos e ambientes, bem como na diversidade de pesquisas que a região vem suscitando, nos parece plausível sugerir que ao longo do rio Negro e seus formadores é possível apreender distintos modos de historicidade inscritos em suas paisagens e elementos. Seus muitos tempos, como já aventamos, seguem nos solicitando esforços de imaginação teórica que permitam superar algumas antinomias com as quais tendemos a pautar nossas análises. A principal delas talvez seja a usual distinção entre mito e história, que subjaz às bases epistemológicas dos distintos regimes de conhecimentos a que nos referimos mais de uma vez nos parágrafos acima.

O mundo rionegrino, entre outros mundos amazônicos, nos oferece talvez essa oportunidade, porém na forma de um desafio. Mas trata-se ainda de um desafio, entre outros, que vem se configurando para muitas de suas centenas ou milhares de comunidades, cujos habitantes passaram mais recentemente a refletir intrigados sobre as mudanças cada vez mais frequente nos ciclos naturais da região – é bem conhecida a sucessão recente de recordes nas secas e cheias do rio Negro e de outros grandes rios amazônicos. Como outros tantos que já foi possível absorver, esperamos que o rio Negro possa acolher, e, mais importante, sobreviver a esse outro tempo.

REFERÊNCIAS

- Andrello, G., & Nascimento, L. A. S. (2024). Aprender a (não) ser visto na Amazônia: encantados e gente-peixe nos rios Negro e Uaupés. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230109. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0109>
- Andrello, G., Lolli, P., & Meira, M. (2024). Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico: apresentação ao dossiê. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(1), e20230025. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0025>
- Barbará, M. (2024). Entre o mito e a história: os sentidos da civilização entre os Yuhupdeh do alto rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230112. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0112>
- Barreto, J. P. L., Rezende, J. S., Sanches, S., & Diakara, J. F. (2024). *Pamusé*: fermentação de uma Antropologia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230118. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0118>
- Borges, R., Guzmán, D. A., & Meira, M. (2024). O papel estratégico da mão de obra indígena na urbanização da vila colonial de Barcelos (1755-1761). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230105. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0105>



Cabalzar, A. (2024). Conhecimentos indígenas e colaboração intercultural no rio Tiquié, noroeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230122. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0122>

Emperaire, L., & Moreira, E. (2024). Coleções vegetais no noroeste da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20240010. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0010>

Iubel, A. F., & Soares, R. M. (2024). O movimento das lideranças no rio Negro: trajetórias, transições e continuidade. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230106. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0106>

Meira, M. A. F., & Velthem, L. H. V. (2024). Testemunhos de Eduardo Galvão sobre o sistema de aviação no rio Negro: excertos de documentos do Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230111. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0111>

Velthem, L. H. V. (2024). Eduardo Galvão: diálogos sobre tecidos e trançados do rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20240060. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0060>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.

